

Écologie et Libération. Critique de la modernité dans la théologie de la libération*

de Luis Martínez Andrade

A libertação entre teologia, marxismo e ecologia

The Liberation between Theology, Marxism and Ecology

por Fabio Mascaro Querido**

A relação entre os movimentos sociais e/ou políticos potencialmente anticapitalistas e as religiões sempre foi permeada pela tensão, decorrente do ímpeto cada vez mais “profano”, sobretudo a partir do século XIX, das tentativas de *transformar o mundo* e de *mudar a vida*. Concebidos, em geral, como instrumentos para a luta e, quiçá, para a superação “concreta” e racional da ordem estabelecida, tais movimentos não raro se esforçaram por se demarcar diante das elucubrações “idealistas” que visualizavam nas utopias religiosas. O marxismo, não por acaso alcunhado “materialismo histórico”, constitui talvez o ponto mais alto desta “racionalização” do conflito (de classes) contra a “irracionalidade” capitalista, almejando localizar as condições de possibilidades “objetivas” para a *superção* do sistema, em oposição às hipóstases normativas das utopias (religiosas ou não) do passado.

Mas se esta foi a versão dominante (a “corrente fria”, para dizer como Ernst Bloch) da tradição marxista e/ou revolucionária, não foram poucos os autores que, sem abdicar da luta concreta – inspirada no marxismo – por um *outro mundo*

* Paris: Van Dieren Éditeur, 2016.

** Pós-doutorando em Ciência Política na USP, São Paulo-SP, Brasil. Autor de *Michael Löwy: marxismo e crítica da modernidade*. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2016. End. eletrônico: fabiomascaro@yahoo.com.br

possível, buscaram oxigená-la através do diálogo com outras formas de crítica social, assim como com outros movimentos de contestação que escapavam ao escopo tradicional do tipo de reflexão fundado por Marx. Pois bem, é exatamente amparando-se em alguns destes autores “heréticos”, representantes da “corrente quente” do marxismo (Bloch, Benjamin, Goldmann, Löwy), aos quais ele acrescenta as contribuições da sociologia da religião e da cultura, bem como do pensamento “decolonial”, que o jovem sociólogo mexicano Luis Martínez Andrade elabora sua original e criativa reflexão sobre a presença da questão ecológica na “crítica moderna da modernidade” elaborada pela *Teologia da Libertação* (TL), em particular na obra do brasileiro Leonardo Boff, um dos principais representantes desta tendência, ao lado de figuras como Gustavo Gutierrez, Hugo Assmann, Franz Hinkelammert, Joao Batista Libanio, Frei Betto, dentre outros.

Em *Écologie et Libération. Critique de la modernité dans la théologie de la libération*, livro originalmente concebido como tese de doutorado defendida em Paris, sob orientação de Michael Löwy, Martínez Andrade analisa a TL – baseando-se em Goldmann e Bloch – como uma “visão de mundo utópica” cuja principal contribuição encontrar-se-ia em sua crítica singular da modernidade capitalista na América Latina, ou seja, na sua versão colonial-periférica - crítica que se desdobra na esperança de uma nova sociedade. É por isso que, à luz da barbárie própria ao elo frágil do progresso moderno, a crítica aventada pelos autores vinculados à TL prefigura “epistêmica” e “historicamente”, como argumenta Martínez Andrade, o chamado “*tournant* decolonial” promovido por intelectuais como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Edgardo Langer, Nelson Maldonado Torres, dentre outros, além, é claro, daquele que simboliza na sua máxima expressão este *rendez-vous* entre a TL e o pensamento “decolonial”: Enrique Dussel, filósofo argentino radicado no México que se integrou ao projeto de pesquisa “Modernidade/Colonialidade” nos anos 1990.

Para os teólogos da libertação, tanto quanto para os pensadores “decoloniais”, as origens da modernidade capitalista devem ser localizadas na “Conquista” da América, a partir de 1492, processo no qual se constituiu uma nova subjetividade (*eu conquisto, logo existo*) forjada na alteridade em relação ao “outro” destituído da humanidade. Nas palavras do autor: “Contrariamente a Weber e a Habermas, para os quais a modernidade é um processo ‘endógeno’ da tradição ocidental, Dussel [sintetizando as posições da TL e da perspectiva “decolonial”] sustenta que este processo se desenrola em relação de oposição a uma alteridade negada, aquela do indígena” (p.22). Como afirmou certa vez Aníbal Quijano, o capitalismo, a modernidade e a América “nasceram no mesmo dia”, impulsionando a formação do que I. Wallerstein designou como “sistema-mundo”. O “antigo sistema

colonial”, conforme o denomina o historiador brasileiro Fernando Novais, encontrar-se-ia, portanto, na raiz não apenas do processo de “acumulação primitiva” analisado por Marx em *O Capital*, senão também da formação mesma do que viria a ser a modernidade capitalista ocidental.

Inspirando-se no marxismo, na teoria da dependência e nas ciências sociais em geral, os teólogos da libertação e/ou os pensadores “decoloniais” *escovam a história a contrapelo*, entrevendo este processo do ponto de vista dos vencidos, isto é, daqueles e daquelas que sofreram as consequências destrutivas da espoliação capitalista – da colônia à dependência periférica. Não constitui um acaso, assim, a importância acordada pela TL e pelo pensamento “decolonial” à questão ecológica, traduzindo a luta das comunidades autóctones em defesa dos recursos naturais contra o “progresso” capitalista na região, num exemplo do que Joan Martinez Alier chamou de “ecologismo dos pobres”. É nesse contexto que se destaca a obra do teólogo brasileiro Leonardo Boff, cujas “continuidades” e “descontinuidades” sinalizariam, como bem mostra Luiz Martínez Andrade, uma tentativa de renovar, sem abandonar o seu núcleo básico, os preceitos da teologia da libertação, incorporando de modo decisivo a problemática ecológica.

Se desde os primórdios de sua reflexão a ecologia sempre esteve entre as suas principais preocupações, em virtude entre outras coisas do seu pertencimento específico à ordem franciscana (base de sua “democracia cósmica”), e daí o elemento de *continuidade*, seria apenas após a condenação ao silêncio pelo Vaticano, em 1985, e, em particular, após ter deixado a ordem franciscana em 1992, que Leonardo Boff encarnaria em todas as suas implicações os desafios sociais e teológicos da ecologia, revelando então um elemento de *descontinuidade* em sua trajetória intelectual.

Na contramão daqueles para os quais a “virada ecológica” de Leonardo Boff teria significado uma capitulação diante do pensamento hegemônico, Martínez Andrade entrevê neste “*tournant*” uma forma de atualização da crítica à modernidade realizada pelos teólogos da libertação, “à luz de critérios humanistas e éticos”, atualização que, bem ou mal, alçou a um novo patamar as preocupações teológicas e políticas da TL. Para o sociólogo mexicano, o livro *Ecologia, mundialização, espiritualidade*, publicado por Boff em 1993, constitui um marco desta “transição” a um só tempo biográfica e intelectual-teológica, na direção de uma “eco-teologia da libertação”, inspirada não apenas nos postulados “clássicos” da TL, mas também numa compatibilização *sui generis* de elementos da teologia da Criação e da “hipótese *Gaia*”, elaborando uma crítica radical ao antropocentrismo, visto como principal responsável pela crise ecológica e civilizatória.

É nesta perspectiva que reside um dos pontos mais polêmicos tanto da obra mais recente (eco-teológica, por assim dizer) de Boff quanto da abordagem dela realizada por Luis Martínez Andrade. Aos olhos do autor, “Boff sustenta que a defesa da natureza supõe a defesa da humanidade e implica a destruição do capitalismo” (p.229), razão pela qual ele permaneceria vinculado à posição emancipatória “original” da TL e/ou do pensamento “decolonial”: “Sem se reivindicar como pensador ‘decolonial’, Boff assume uma postura política coerente com as lutas e os combates dos oprimidos do ‘Sul global’” (p.230). À “opção preferencial pelos pobres” ele acrescentaria a luta em defesa da natureza - da “terra viva”. Ocorre que, de agora em diante, ambos os combates são dirigidos pelo teólogo brasileiro à rejeição radical do antropocentrismo, cujos resquícios ele visualiza até mesmo na vertente “ecossocialista”, da qual Michael Löwy constitui hoje um dos principais expoentes. Em entrevista concedida ao próprio Martínez Andrade, Boff diz: “o ecossocialismo ainda não assimilou a sua base biológica”.

Em outras palavras, se, por um lado, como sustenta Martínez Andrade, o “novo paradigma” propalado por Boff não significa o abandono puro e simples de uma perspectiva emancipatória, a crítica da modernidade/colonialidade aí presente parece subordinada, por outro, à recusa radical do antropocentrismo, o que acaba por exigir uma redefinição substancial da própria lógica da luta social e política e, mais ainda, do sentido mesmo do combate contra a civilização capitalista e pela construção de um outro sistema social. É este o dilema “concreto” que, como nos mostra de modo brilhante Luis Martínez Andrade, atravessa a etapa mais recente da trajetória de Leonardo Boff, interpelando de forma original e controversa (e nem sempre exitosa) os desafios da luta social e ecológica contra um sistema socioeconômico, político e cultural que, mais do que o antropocentrismo em si, constitui o verdadeiro responsável pela crise civilizatória que hoje vivemos.

Retomando estes debates de maneira criativa e sem jamais exonerar-se do imperativo da crítica, Martínez Andrade nos apresenta, assim, um livro precioso, que ajuda a jogar luz onde, até segunda ordem, ainda prevalece a escuridão. É esta a “utopia concreta” – de quem “sonha desperto”, como diria Ernst Bloch – que Luis Martínez Andrade mobiliza a fim de resgatar a frágil esperança, sem nenhuma garantia de vitória, na possibilidade de transformação radical da ordem estabelecida, esperança da qual Leonardo Boff e os teólogos da libertação foram (e continuam sendo) não apenas testemunhas, senão também emissários ativos, representantes latino-americanos do que Walter Benjamin designou certa vez como a “tradição dos oprimidos”.